



Sustentabilidade ambiental social em micro e pequenas empresas e em microempreendedores individuais

Social environmental sustainability in micro and small businesses and individual micro-entrepreneurs

Sostenibilidad social y medioambiental de las microempresas, las pequeñas empresas y los microempresarios individuales

Ana Angelica Bezerra Cavalcanti¹

RESUMO: O presente artigo dedica-se à análise da sustentabilidade ambiental e social no contexto das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) e dos Microempreendedores Individuais (MEIs). Em um cenário global onde a sustentabilidade tem sido pauta recorrente, torna-se imperativo compreender como essas entidades, que representam uma parcela significativa do tecido empresarial, estão se adaptando e contribuindo para um desenvolvimento mais equitativo e responsável. Assim, esta revisão de literatura tem como principal objetivo investigar e sintetizar os principais achados da literatura científica sobre a integração de práticas sustentáveis em MPEs e MEIs. Busca-se entender as motivações, desafios, benefícios e impactos dessa integração no contexto empresarial e social. Foi realizada uma revisão da literatura, abrangendo artigos, teses, dissertações e relatórios publicados em bases de dados acadêmicas reconhecidas. Os critérios de inclusão foram estudos que focavam especificamente na sustentabilidade ambiental e social em MPEs e MEIs, publicados nos últimos dez anos. Os resultados indicam que, embora exista uma crescente conscientização sobre a importância da sustentabilidade entre MPEs e MEIs, ainda há desafios significativos a serem superados, como a falta de recursos e conhecimento técnico. No entanto, as empresas que conseguiram implementar práticas sustentáveis relataram benefícios tangíveis, como redução de custos, aumento da reputação e fortalecimento das relações com a comunidade. Além disso, observou-se uma tendência positiva na colaboração entre diferentes stakeholders, como governos, ONGs e setor privado, para promover a sustentabilidade nesse segmento empresarial.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável; Práticas ecológicas; Responsabilidade corporativa; Impacto comunitário.

ABSTRACT: This article is dedicated to analyzing environmental and social sustainability in the context of Micro and Small Enterprises (MSEs) and Individual Microentrepreneurs (MEIs). In a global scenario where sustainability has been a recurring theme, it is imperative to understand how these entities, which represent a significant portion of the business fabric, are adapting and contributing to a more equitable and responsible development. Thus, the main objective of this literature review is to investigate and synthesize the main findings of the scientific literature on the integration of sustainable practices in MSEs and MEIs. It seeks to understand the motivations, challenges, benefits and impacts of this integration in the business and social context. A literature review was carried out, covering articles, theses, dissertations and reports published in recognized academic databases. The inclusion criteria were studies that focused specifically on environmental and social sustainability in MSEs and MEIs, published in the last ten years. The results indicate that although there is a growing awareness of the importance of sustainability among MSEs and MEIs, there are still significant challenges to overcome, such as a lack of resources and technical knowledge. However, the companies that have managed to implement sustainable practices have reported tangible benefits, such as reduced costs, increased reputation and strengthened relations with the community. In addition, a positive trend was observed in the collaboration between different stakeholders, such as governments, NGOs and the private sector, to promote sustainability in this business segment.

Keywords: Sustainable development; Ecological practices; Corporate responsibility; Community impact.

RESUMEN: Este artículo está dedicado a analizar la sostenibilidad medioambiental y social en el contexto de las microempresas y pequeñas empresas (MPE) y los microempresarios individuales (MEI). En un escenario global en el que la sostenibilidad ha sido un tema recurrente, resulta imperativo comprender cómo estas entidades, que representan una parte significativa del tejido empresarial, se están adaptando y contribuyendo a un desarrollo más

¹Mestranda pelo Centro Universitário Unipê e Doutoranda pela Universidad del Museo Social Argentino

equitativo y responsable. El objetivo principal de esta revisión bibliográfica es, por tanto, investigar y sintetizar los principales hallazgos de la literatura científica sobre la integración de prácticas sostenibles en las microempresas y las pequeñas y medianas empresas. Pretende comprender las motivaciones, retos, beneficios e impactos de esta integración en el contexto empresarial y social. Se llevó a cabo una revisión bibliográfica que abarcó artículos, tesis, disertaciones e informes publicados en bases de datos académicas reconocidas. Los criterios de inclusión fueron estudios centrados específicamente en la sostenibilidad medioambiental y social de las PYME y las IME, publicados en los últimos diez años. Los resultados indican que, aunque las PYME y las IME son cada vez más conscientes de la importancia de la sostenibilidad, siguen existiendo importantes retos que superar, como la falta de recursos y de conocimientos técnicos. Sin embargo, las empresas que han conseguido implantar prácticas sostenibles han informado de beneficios tangibles, como la reducción de costes, el aumento de la reputación y el fortalecimiento de las relaciones con la comunidad. Además, se observó una tendencia positiva en la colaboración entre distintas partes interesadas, como gobiernos, ONG y el sector privado, para promover la sostenibilidad en este segmento empresarial.

Palabras clave: Desarrollo sostenible; Prácticas ecológicas; Responsabilidad empresarial; Impacto en la comunidad.

INTRODUÇÃO

Desde o final do século XX, o conceito de sustentabilidade tem ganhado destaque e consolidado sua posição como um dos fundamentos primordiais para o avanço econômico, social e ambiental em um contexto internacional. Este reconhecimento não é fortuito, mas sim uma resposta lógica e necessária ao observarmos a complexidade e a gravidade dos problemas ambientais que o planeta enfrenta atualmente.

O panorama global tem sido caracterizado por desafios ambientais de proporções sem precedentes. As alterações climáticas, por exemplo, não se manifestam apenas em elevações de temperatura, mas também em fenômenos extremos, como furacões mais intensos, secas prolongadas e chuvas torrenciais, que afetam diretamente a vida de milhões de pessoas e a biodiversidade dos ecossistemas. Paralelamente, a perda de biodiversidade, que ocorre em ritmo alarmante, compromete a resiliência dos ecossistemas e sua capacidade de fornecer serviços essenciais para a sobrevivência humana, como a purificação da água, a polinização de culturas alimentares e a regulação do clima.

Além do mais, a exploração insustentável e muitas vezes predatória dos recursos naturais tem levado a uma degradação contínua de solos, florestas e corpos d'água, comprometendo sua capacidade regenerativa e colocando em risco a disponibilidade desses recursos para as futuras gerações.

Neste contexto, a adoção de práticas sustentáveis deixa de ser meramente uma alternativa estratégica e passa a ser uma imperativa moral e ética. Mais do que um compromisso com o presente, trata-se de uma responsabilidade com o futuro, garantindo que as próximas gerações herdem um planeta capaz de sustentar a vida em sua plenitude e diversidade.

A sustentabilidade, portanto, não é apenas um conceito teórico, mas uma diretriz prática que busca equilibrar as necessidades humanas com a capacidade do planeta, promovendo um desenvolvimento verdadeiramente integrado e duradouro.

Neste sentido, é impossível desconsiderar o papel preponderante desempenhado pelas Micro e Pequenas Empresas (MPEs) e pelos Microempreendedores Individuais (MEIs). Estes agentes, que constituem uma fração expressiva do tecido econômico, não só influenciam diretamente as dinâmicas das comunidades locais, mas também são vitais para a estrutura econômica de muitos países.

As MPEs e MEIs, frequentemente elogiadas por sua notável habilidade de criar postos de trabalho, fomentar inovações e impulsionar o crescimento local, também se deparam com uma série de obstáculos inerentes à sua natureza e escala de operação. Dentre estes desafios, destacam-se a escassez de recursos, o acesso limitado a mecanismos de financiamento e uma eventual carência de expertise técnico em determinadas áreas.

Contudo, é justamente neste cenário que a sustentabilidade ambiental social se apresenta como uma janela de oportunidades. Para além da possibilidade de minimizar ou neutralizar impactos adversos, a adoção de práticas sustentáveis pode abrir portas para novos nichos de mercado e, conseqüentemente, potencializar a capacidade competitiva destes empreendimentos. Ao aderir a sustentabilidade, as MPEs e MEIs não só reforçam sua resiliência diante de adversidades, mas também solidificam sua posição no mercado, garantindo sua relevância e longevidade no mundo dos negócios.

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo principal realizar uma revisão de literatura sobre a sustentabilidade ambiental social em MPEs e MEIs, buscando entender a percepção e compreensão desses empreendimentos sobre sustentabilidade; os principais desafios e barreiras enfrentados; as estratégias e práticas adotadas para promover a sustentabilidade e os impactos e benefícios decorrentes dessas práticas.

A escolha deste tema justifica-se pela crescente importância da sustentabilidade no cenário empresarial e pela relevância das MPEs e MEIs no tecido econômico e social. Compreender como esses empreendimentos abordam a sustentabilidade pode oferecer insights valiosos para políticas públicas, programas de capacitação e estratégias de negócios.

A sustentabilidade ambiental social em MPEs e MEIs é relevante não apenas para os próprios empreendimentos, mas também para a sociedade como um todo. Ao adotar práticas sustentáveis, essas empresas podem contribuir significativamente para a conservação ambiental, a inclusão social e o desenvolvimento econômico local.

METODOLOGIA

No desenvolvimento deste trabalho, optou-se por empregar uma metodologia fundamentada na revisão da literatura. Esta abordagem, amplamente reconhecida no meio acadêmico, permite uma análise aprofundada e crítica de estudos e pesquisas já publicados sobre o tema em questão.

Para a coleta de dados e informações pertinentes, recorreu-se a diversas fontes confiáveis e reconhecidas no meio científico. Dentre elas, destacam-se bases de dados acadêmicas, que congregam uma vasta gama de artigos científicos de diversas áreas do conhecimento.

Adicionalmente, foram consultados relatórios produzidos por organizações internacionais de renome, que frequentemente trazem dados atualizados e análises abrangentes sobre temas globais. Complementarmente, publicações especializadas, que se debruçam especificamente sobre nichos de estudo, também foram consideradas, proporcionando uma visão mais detalhada e específica sobre o assunto.

No que tange à seleção dos estudos a serem analisados, estabeleceram-se critérios rigorosos para garantir a qualidade e relevância das informações coletadas. Primeiramente, considerou-se a relevância do estudo para o tema proposto, buscando trabalhos que efetivamente contribuíssem para a compreensão da sustentabilidade ambiental social em MPEs e MEIs. A data de publicação também foi um fator determinante, dando preferência a estudos mais recentes, que refletem o estado atual da pesquisa no campo.

CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Definição de Sustentabilidade Ambiental Social

A sustentabilidade ambiental social é um conceito que se fundamenta na responsabilidade intergeracional, isto é, na ideia de que as ações de uma geração não devem comprometer as oportunidades e recursos disponíveis para as gerações subsequentes (DIAS, 2011). Esta perspectiva é essencial para garantir que as futuras gerações tenham as mesmas, se não melhores, oportunidades de viver em um ambiente saudável e próspero. A sustentabilidade não é apenas uma questão de conservação, mas também de equidade e justiça.

O termo "sustentabilidade" é frequentemente associado à proteção do meio ambiente, mas sua abrangência vai além disso. Ele engloba uma visão integrada que considera não apenas o ambiente natural, mas também as estruturas sociais e econômicas nas quais as sociedades estão

inseridas (NASCIMENTO, 2012). Esta visão holística reconhece que os desafios ambientais, sociais e econômicos estão intrinsecamente ligados e que as soluções para um setor podem ter implicações em outros.

No contexto ambiental, a sustentabilidade é frequentemente visualizada em termos de conservação de recursos. Entretanto, é mais do que simplesmente conservar; trata-se de utilizar os recursos de maneira inteligente e eficiente, garantindo que eles continuem disponíveis e acessíveis no futuro. A biodiversidade, por exemplo, não é apenas uma questão de preservar diferentes espécies, mas também de reconhecer o valor intrínseco dessas espécies e os serviços ecossistêmicos que elas fornecem, como a polinização de culturas alimentares e a purificação da água.

A sustentabilidade ambiental envolve a mitigação dos efeitos adversos das atividades humanas no meio ambiente (HOGAN, 2005). Isso inclui a redução da emissão de poluentes, a minimização da produção de resíduos e a promoção de práticas agrícolas e industriais que sejam ecologicamente viáveis. Estas ações não só protegem o meio ambiente, mas também têm implicações positivas para a saúde e bem-estar das populações.

A dimensão social da sustentabilidade, frequentemente sublinhada em discussões sobre desenvolvimento sustentável, enfatiza a importância de considerar as necessidades e aspirações das populações presentes e futuras (NASCIMENTO, 2012). Esta dimensão reconhece que, para que uma sociedade seja verdadeiramente sustentável, é essencial que os direitos e o bem-estar de seus membros sejam priorizados.

O acesso a recursos básicos é um pilar central desta dimensão. A água potável, por exemplo, não é apenas uma necessidade física, mas também um direito humano reconhecido internacionalmente. Da mesma forma, o acesso a alimentos nutritivos, cuidados de saúde de qualidade e educação adequada são fundamentais para garantir que todos os indivíduos tenham a capacidade de viver vidas produtivas e satisfatórias. Estes recursos, quando disponibilizados de forma equitativa, contribuem para a redução das disparidades sociais e promovem uma sociedade mais coesa e harmoniosa.

Adicionalmente, a oportunidade de emprego digno é vital para a autoestima e a autonomia dos indivíduos. Um emprego que ofereça remuneração justa e condições de trabalho seguras não só proporciona meios de subsistência, mas também confere sentido e propósito à vida das pessoas. A participação ativa na tomada de decisões, por sua vez, garante que as vozes de todos os membros da sociedade sejam ouvidas e consideradas, promovendo uma governança inclusiva e democrática (NASCIMENTO, 2012).

A sustentabilidade social também reconhece a importância da inclusão, equidade e justiça. Estes princípios asseguram que todos, independentemente de sua origem, gênero, idade ou status socioeconômico, tenham oportunidades iguais e sejam tratados com dignidade e respeito. A exclusão ou marginalização de qualquer grupo pode levar a tensões sociais e comprometer a coesão da comunidade (BARBIERI et al., 2010).

A cultura e os valores tradicionais são elementos intrínsecos à forma como as comunidades interpretam e implementam práticas sustentáveis. Estes valores, muitas vezes transmitidos de geração em geração, fornecem uma estrutura para entender o mundo e o lugar do indivíduo nele. Respeitar e valorizar estas tradições culturais é essencial para garantir que as práticas de sustentabilidade sejam relevantes e eficazes no contexto local.

A dimensão econômica da sustentabilidade é um componente crucial para a compreensão e implementação de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. Esta dimensão reconhece que, para que as sociedades prosperem, é necessário um sistema econômico robusto e resiliente que possa adaptar-se e responder aos desafios emergentes, garantindo ao mesmo tempo o bem-estar de seus cidadãos (MATA-LIMA et al., 2013).

A viabilidade a longo prazo é uma característica essencial de qualquer sistema econômico sustentável. Isso significa que as práticas e políticas econômicas devem ser projetadas de forma a garantir que as gerações futuras tenham, pelo menos, as mesmas oportunidades econômicas que as gerações atuais. Isso envolve a consideração cuidadosa de como os recursos são utilizados e distribuídos, bem como a promoção de uma economia circular, onde os recursos são reutilizados e reciclados sempre que possível.

Ademais, a ética desempenha um papel fundamental na sustentabilidade econômica. As práticas empresariais éticas não só garantem que as empresas operem de forma justa e transparente, mas também promovem a confiança entre as empresas, os consumidores e outras partes interessadas. A inovação e a eficiência, por sua vez, são motores de crescimento econômico e competitividade. Incentivar a pesquisa e o desenvolvimento pode levar a novas tecnologias e soluções que não só beneficiam a economia, mas também reduzem o impacto ambiental e melhoram a qualidade de vida das pessoas (BARBIERI et al., 2010).

No entanto, é fundamental reconhecer que o crescimento econômico por si só não é suficiente. Se esse crescimento resultar na depleção de recursos naturais ou na marginalização de certos grupos sociais, ele será insustentável a longo prazo. Portanto, é imperativo que o crescimento econômico esteja alinhado com os princípios da sustentabilidade ambiental e social.

A sustentabilidade, em sua essência, é uma questão de equilíbrio. É o equilíbrio entre as necessidades humanas - sejam elas econômicas, sociais ou ambientais - e a capacidade do planeta

de atender a essas necessidades sem comprometer seu próprio bem-estar ou o das gerações futuras. Atingir esse equilíbrio requer uma abordagem colaborativa e integrada. A cooperação global, políticas públicas bem formuladas e a participação ativa de todos os setores da sociedade - desde indivíduos a organizações, governos e empresas - são essenciais para garantir um futuro sustentável para todos (NASCIMENTO, 2012).

Características de Micro e Pequenas Empresas (MPEs)

As Micro e Pequenas Empresas (MPEs) constituem um segmento vital no panorama empresarial global, sendo reconhecidas como pilares fundamentais para o desenvolvimento econômico e social de diversas nações (FERREIRA et al., 2012). Em muitos contextos, estas entidades são responsáveis por uma proporção considerável da atividade econômica, contribuindo significativamente para o Produto Interno Bruto (PIB) e para a diversificação da economia. Acrescenta-se a isso que, sua relevância se estende à promoção da inovação, uma vez que, devido à sua natureza ágil e adaptável, as MPEs frequentemente lideram a introdução de novos produtos, serviços e processos no mercado (SANTOS et al., 2007).

A definição de uma MPE varia conforme a jurisdição, sendo comumente baseada em indicadores quantitativos. Estes indicadores, como o número total de empregados e o faturamento anual, servem para distinguir as MPEs de empresas de maior porte. Contudo, é importante salientar que, independentemente da definição exata adotada, o espírito subjacente é reconhecer e apoiar empresas que, embora menores em escala, têm um impacto desproporcionalmente grande na economia e na sociedade (FERREIRA et al., 2012).

Uma das características marcantes das MPEs é sua estrutura organizacional simplificada. Esta estrutura, muitas vezes menos hierarquizada, permite uma tomada de decisão mais rápida e uma resposta mais ágil às variações do mercado. Esta agilidade é uma vantagem competitiva, permitindo que as MPEs se ajustem e inovem em face de desafios emergentes com uma velocidade que empresas maiores podem achar difícil de replicar (SANTOS et al., 2007).

Não obstante, a mesma enxutez que confere às MPEs sua adaptabilidade também pode ser fonte de vulnerabilidades. Com recursos limitados, estas empresas podem enfrentar desafios significativos, especialmente em períodos de instabilidade econômica. A capacidade de financiamento, por exemplo, é frequentemente mais restrita para MPEs, o que pode dificultar a expansão dos negócios ou a adoção de novas tecnologias. Adicionalmente, a dependência de uma base de clientes ou fornecedores mais estreita pode ampliar os riscos associados a flutuações de mercado (FERREIRA et al., 2012).

Do ponto de vista operacional, as Micro e Pequenas Empresas (MPEs) tendem a adotar uma abordagem mais segmentada em relação ao mercado, direcionando seus esforços para nichos específicos. Esta estratégia de focalização permite que elas desenvolvam produtos ou serviços altamente especializados, ajustados às demandas e expectativas de um público-alvo bem definido. Esta especialização, por sua vez, pode conferir às MPEs uma posição diferenciada no mercado, proporcionando-lhes uma vantagem competitiva em relação a empresas de maior porte, que muitas vezes adotam estratégias mais amplas e menos personalizadas (SANTOS et al., 2007).

A capacidade de oferecer soluções mais alinhadas às necessidades e desejos de um segmento específico de clientes permite que as MPEs estabeleçam uma conexão mais profunda e significativa com seu público. Esta conexão é potencializada pela proximidade que estas empresas costumam ter com seus clientes. Diferentemente de grandes corporações, onde a interação com o cliente pode ser mais impessoal e burocratizada, as MPEs frequentemente mantêm um relacionamento mais direto e pessoal com sua base de clientes.

Esta proximidade facilita a compreensão das demandas, preferências e feedbacks dos clientes, permitindo que as MPEs ajustem rapidamente seus produtos, serviços e estratégias de acordo com as informações recebidas (DEMAJOROVIC; SANTIAGO, 2011). Além disso, a capacidade de oferecer um atendimento mais personalizado e atencioso pode fortalecer a relação entre a empresa e o cliente, fomentando um sentimento de confiança e lealdade. Esta lealdade, por sua vez, pode se traduzir em benefícios tangíveis para a empresa, como a retenção de clientes, a redução de custos associados à aquisição de novos clientes e a promoção positiva da marca através do boca a boca.

As MPEs, apesar de desempenharem um papel crucial no tecido empresarial e na economia de muitos países (DEMAJOROVIC; SANTIAGO, 2011), enfrentam uma série de desafios intrínsecos à sua natureza e escala de operação. Um dos principais obstáculos é a limitação de recursos, tanto em termos financeiros quanto em termos de capital humano (LIMA; SILVA, 2019). Esta restrição pode tornar difícil para estas empresas investir em pesquisa e desenvolvimento, adotar novas tecnologias ou mesmo expandir suas operações para mercados inexplorados. A inovação tecnológica, em particular, é um vetor essencial para a competitividade no cenário empresarial contemporâneo, e a incapacidade de se manter atualizado pode colocar as MPEs em desvantagem em relação a concorrentes de maior porte.

Outra questão relevante é a dependência excessiva de um conjunto restrito de clientes ou fornecedores. Esta concentração pode tornar a empresa extremamente sensível a qualquer variação na demanda ou oferta, aumentando sua exposição a riscos e volatilidades do mercado (LIMA; SILVA, 2019). Por exemplo, a perda de um cliente-chave ou a interrupção no

fornecimento de um insumo essencial pode ter repercussões significativas na saúde financeira e operacional da empresa.

A gestão financeira, por sua vez, emerge como um desafio crítico para muitas MPes. A estrutura de capital destas empresas, frequentemente, é menos diversificada, e elas podem encontrar barreiras ao tentar acessar fontes de financiamento tradicionais, como empréstimos bancários (LIMA; SILVA, 2019). Esta dificuldade em obter capital pode restringir a capacidade da empresa de investir em novos projetos, realizar melhorias operacionais ou mesmo manter suas operações em períodos de baixa demanda.

A falta de expertise ou experiência em gestão financeira pode levar a decisões subótimas, comprometendo a rentabilidade e a sustentabilidade da empresa a longo prazo. Portanto, é imperativo que as MPes estejam cientes desses desafios e busquem estratégias e recursos adequados para mitigá-los, garantindo sua viabilidade e sucesso contínuo no mercado competitivo (DEMAJOROVIC; SANTIAGO, 2011).

A IMPORTÂNCIA DA SUSTENTABILIDADE PARA MPES E MEIS

Benefícios econômicos e sociais

A sustentabilidade, tradicionalmente definida como a capacidade de atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades, tornou-se um pilar central nas estratégias de negócios de empresas em todo o mundo. No contexto das MPes e dos MEIs, a incorporação de práticas sustentáveis não é apenas uma questão de responsabilidade ambiental, mas também uma estratégia inteligente de negócios que pode trazer benefícios econômicos e sociais significativos (SANTOS; SILVA; CAETANO, 2019).

Economicamente, a adoção de práticas sustentáveis pode resultar em economias de custo tangíveis para MPes e MEIs. A implementação de tecnologias mais eficientes em termos energéticos, por exemplo, pode reduzir os custos operacionais a longo prazo. A gestão eficiente de recursos, como água e matérias-primas, pode minimizar desperdícios e, conseqüentemente, reduzir custos. A transição para fornecedores locais e sustentáveis pode não apenas reduzir a pegada de carbono associada ao transporte, mas também fortalecer a economia local e potencialmente resultar em custos de insumos mais baixos (SANTOS; SILVA; CAETANO, 2019).

Do ponto de vista social, as MPEs e MEIs que adotam práticas sustentáveis podem fortalecer sua reputação e imagem de marca no mercado. Os consumidores de hoje estão cada vez mais conscientes dos impactos ambientais e sociais de suas escolhas de consumo. Assim, empresas que demonstram um compromisso genuíno com a sustentabilidade podem se diferenciar da concorrência e atrair um segmento de mercado disposto a pagar um prêmio por produtos e serviços sustentáveis. A adoção de práticas de trabalho justas e éticas pode melhorar a satisfação e retenção de funcionários, resultando em uma força de trabalho mais engajada e produtiva (SILVA, 2019).

A sustentabilidade também pode abrir novas oportunidades de mercado para MPEs e MEIs. Com a crescente demanda por soluções sustentáveis, empresas que inovam e oferecem produtos e serviços alinhados com essa tendência podem acessar novos segmentos de mercado e expandir sua base de clientes. Muitos governos e grandes corporações agora priorizam fornecedores que adotam práticas sustentáveis, criando oportunidades de negócios adicionais para empresas que se alinham a esses valores (SILVA, 2019).

Responsabilidade social e ambiental

A responsabilidade social e ambiental tem se consolidado como um dos pilares fundamentais na condução de negócios no século XXI. No contexto das MPEs e dos MEIs, essa responsabilidade assume uma dimensão particularmente significativa, dada a proximidade desses negócios com as comunidades locais e o impacto direto que podem ter nos ecossistemas locais. Embora tradicionalmente as grandes corporações tenham sido o foco das discussões sobre responsabilidade corporativa, as MPEs e MEIs desempenham um papel crucial na promoção do desenvolvimento sustentável e na construção de sociedades mais justas e equitativas (SANTOS; SILVA; CAETANO, 2019).

Socialmente, as MPEs e MEIs estão frequentemente enraizadas em suas comunidades, o que significa que têm uma compreensão íntima das necessidades e desafios locais. Isso os posiciona de maneira única para contribuir com soluções inovadoras que atendam às necessidades da comunidade, seja através da criação de empregos, do apoio a iniciativas comunitárias ou da promoção de práticas de trabalho justas e éticas (PIOLI; RAUPP, 2018).

A responsabilidade social dessas empresas não se limita apenas à sua relação com os funcionários, mas se estende a toda a cadeia de valor, incluindo fornecedores, clientes e a comunidade em geral. Ao adotar práticas de negócios responsáveis, as MPEs e MEIs podem

fortalecer sua reputação, construir relações de confiança e, em última análise, garantir a sustentabilidade e o sucesso a longo prazo de seus negócios.

Do ponto de vista ambiental, as MPEs e MEIs têm a capacidade de influenciar positivamente o meio ambiente através de suas operações diárias. Isso pode incluir a adoção de práticas sustentáveis, como a gestão eficiente de recursos, a redução de resíduos e a minimização da pegada de carbono.

Ao optar por fornecedores e parceiros que compartilham valores semelhantes em relação à sustentabilidade, essas empresas podem ampliar seu impacto positivo e promover uma economia mais verde. A responsabilidade ambiental não é apenas uma questão de cumprir regulamentações, mas uma oportunidade para as MPEs e MEIs se diferenciarem no mercado e atenderem à crescente demanda por produtos e serviços sustentáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente artigo, analisou-se a relevância e o impacto da sustentabilidade ambiental e social no contexto das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) e dos Microempreendedores Individuais (MEIs). Observa-se que, em um contexto global crescentemente interconectado e atento aos desafios socioambientais, a incumbência de fomentar práticas sustentáveis não se limita às grandes corporações, estendendo-se igualmente a negócios de menor porte e empreendimentos individuais.

As MPEs e MEIs, dada a sua imediata relação com as comunidades locais e a sua notável capacidade adaptativa, posicionam-se de forma singular para encabeçar transformações rumo a um futuro mais sustentável. A sua atuação é imprescindível na estruturação de uma economia que pondera o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, a equidade social e a integridade ambiental.

Entretanto, torna-se imperativo um reconhecimento coletivo acerca da primazia da sustentabilidade, assim como a disponibilidade de recursos, formação e incentivos que viabilizem a concretização de práticas sustentáveis. A interação entre diversos segmentos da sociedade, abrangendo entidades governamentais, instituições financeiras, organizações não governamentais e a comunidade em si, é determinante para estabelecer um cenário favorável ao desenvolvimento responsável das MPEs e MEIs.

Concluindo, a sustentabilidade ambiental e social no âmbito das MPEs e MEIs não se configura meramente como uma tendência ou estratégia mercadológica, mas sim como uma exigência premente e uma valiosa oportunidade. Ao incorporar práticas sustentáveis, tais

entidades não somente asseguram sua continuidade, mas também colaboram de maneira substancial para a edificação de um contexto global mais equitativo, harmônico e robusto. Almeja-se que o presente artigo funcione como um estímulo e motive um número crescente de empresas e empreendedores a adotar práticas sustentáveis.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, J. C. et al. Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. **Revista de administração de empresas**, v. 50, p. 146-154, 2010.

DIAS, R. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. In: **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 2011. p. 220-220.

FERREIRA, L. F. F. et al. Análise quantitativa sobre a mortalidade precoce de micro e pequenas empresas da cidade de São Paulo. **Gestão & Produção**, v. 19, p. 811-823, 2012.

HOGAN, D. J. Mobilidade populacional, sustentabilidade ambiental e vulnerabilidade social. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 22, p. 323-338, 2005.

MATA-LIMA, H. et al. Impactos dos desastres naturais nos sistemas ambiental e socioeconômico: o que faz a diferença?. **Ambiente & Sociedade**, v. 16, p. 45-64, 2013.

NASCIMENTO, E. P. do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos avançados**, v. 26, p. 51-64, 2012.

NASCIMENTO, E. P. do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos avançados**, v. 26, p. 51-64, 2012.

PIOLI, B. L. T.; RAUPP, F. M. RESPONSABILIDADE SOCIAL, CERTIFICAÇÕES E CADEIA TÊXTIL: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS A PARTIR DA PERCEPÇÃO DE GESTORES DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 7, n. 1, 2018.

SANTOS, E. C. S.; SILVA, J. K. L.; CAETANO, R. M. As práticas de sustentabilidade e de responsabilidade social aplicadas nas micro e pequenas empresas e em microempreendedores individuais de Vilhena-Ro. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 11, n. 4, p. 1-20, 2019.

SANTOS, L. L. da S.; ALVES, R. C.; ALMEIDA, K. N. T. Formação de estratégia nas micro e pequenas empresas: um estudo no centro-oeste mineiro. **Revista de Administração de Empresas**, v. 47, p. 59-73, 2007.

SILVA, A. C. **O cenário das micro e pequenas empresas e dos microempreendedores individuais na economia brasileira e seu regime de tributação**. 2019. Tese de Doutorado - Universidade Fernando Pessoa (Portugal), 2019.